



Seção: Varia

Krenak ensinando a gente: Ideias para adiar o fim do mundo e a crítica à modernidade

Krenak teaching us: Ideas to postpone the end of the world and a critique of modernity

Krenak nos enseña: Ideas para posponer el fin del mundo y una crítica a la modernidad

Marcel Jardim Amaral¹
Agemir Bavaresco²

Resumo

O presente ensaio reflete sobre a obra *Ideias para adiar o fim do mundo*, de Ailton Krenak, tomando-a como uma elaboração filosófica indígena que interpela criticamente os fundamentos da modernidade ocidental. A partir de uma abordagem ensaística, interpretativa e crítico-reflexiva, ancorada no pensamento indígena como lugar de enunciação e produção de conhecimento, o texto examina como Krenak problematiza noções centrais do projeto moderno, tais como humanidade, progresso e a separação entre natureza e cultura. Argumenta-se que sua crítica evidencia os limites ontológicos e epistemológicos da racionalidade moderna, responsável por sustentar formas de exploração, esgotamento e negação da vida. Mais do que uma denúncia do colapso civilizatório em curso, a obra é compreendida como uma pedagogia política que produz aprendizados possíveis para repensar modos de existência, convivência e cuidado com o mundo, abrindo espaço para imaginar outras formas de habitar a terra em um contexto de crise profunda.

Palavras-chave: Ailton Krenak. Modernidade. Pensamento Indígena. Crise Civilizatória.

¹ Professor e Coordenador-Adjunto do curso de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Gestão adequada de Conflitos pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Pós-doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0712-7357>. E-mail: marcel.amaral@edu.pucrs.br.

² Doutor em Filosofia pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7967-4109>. E-mail: abavaresco@pucrs.br.



Abstract

This essay reflects on *Ideas to Postpone the End of the World*, by Ailton Krenak, understanding it as an Indigenous philosophical elaboration that critically interrogates the foundations of Western modernity. From an essayistic, interpretive, and critical-reflective approach, grounded in Indigenous thought as a locus of enunciation and knowledge production, the text examines how Krenak problematizes central notions of the modern project, such as humanity, progress, and the separation between nature and culture. It argues that his critique exposes the ontological and epistemological limits of modern rationality, which sustains forms of exploitation, exhaustion, and denial of life. More than a denunciation of the ongoing civilizational collapse, Krenak work is understood as a political pedagogy that generates possible learnings to rethink modes of existence, coexistence, and care for the world, opening space to imagine other ways of inhabiting the Earth in a context of profound crisis.

Keywords: Ailton Krenak. Modernity. Indigenous Thought. Civilizational Crisis.

Resumen

El presente ensayo reflexiona sobre la obra *Ideas para posponer el fin del mundo*, de Ailton Krenak, entendiéndola como una elaboración filosófica indígena que interpela críticamente los fundamentos de la modernidad occidental. Desde un enfoque ensayístico, interpretativo y crítico-reflexivo, anclado en el pensamiento indígena como lugar de enunciación y producción de conocimiento, el texto examina cómo Krenak problematiza nociones centrales del proyecto moderno, tales como humanidad, progreso y la separación entre naturaleza y cultura. Se sostiene que su crítica evidencia los límites ontológicos y epistemológicos de la racionalidad moderna, responsable de sostener formas de explotación, agotamiento y negación de la vida. Más que una denuncia del colapso civilizatorio en curso, la obra de Krenak es comprendida como una pedagogía política que produce aprendizajes posibles para repensar modos de existencia, convivencia y cuidado del mundo, abriendo espacio para imaginar otras formas de habitar la Tierra en un contexto de crisis profunda.

Palabras Clave: Ailton Krenak. Modernidad. Pensamiento Indígena. Crisis Civilizatoria.

1. Introdução

As profundas crises que atravessam o mundo na contemporaneidade têm evidenciado o esgotamento do projeto moderno ocidental e de suas promessas de progresso, desenvolvimento e universalidade. O avanço da degradação ambiental, o colapso de ecossistemas, o aprofundamento das desigualdades e a intensificação de formas de violência contra corpos, territórios e saberes revelam não apenas uma crise ambiental, mas uma crise civilizatória em sua amplitude. Trata-se de um colapso que

atinge os próprios fundamentos ontológicos e epistemológicos da modernidade, assentados em uma racionalidade que separa o humano da terra, hierarquiza formas de vida e transforma a natureza em objeto de exploração e controle.

Nesse contexto, torna-se cada vez mais emergente interrogar os pressupostos que sustentam a ideia moderna de humanidade e suas consequências para os modos de habitar o mundo. A noção de um “humano universal”, desvinculado da terra e autorizado a dispor dos demais seres, tem operado historicamente como um dispositivo de exclusão, legitimando práticas de dominação colonial, racial, econômica e ambiental. Essa crise contemporânea, portanto, não pode ser compreendida apenas como um problema técnico ou de gestão dos recursos naturais, mas como o resultado de uma forma específica de conceber a vida, o conhecimento e as relações entre humanos e não humanos.

É nesse cenário que a obra “Ideias para adiar o fim do mundo”, de Ailton Krenak (2019), adquire centralidade no debate contemporâneo. Publicado a partir de falas e conferências, o livro articula uma crítica contundente à modernidade ocidental a partir de um pensamento indígena que recusa as separações fundantes do imaginário moderno. Longe de se limitar a uma denúncia do desastre em andamento, Krenak (2019) constrói uma reflexão que desestabiliza noções como progresso, desenvolvimento e humanidade, ao mesmo tempo em que questiona a separação entre natureza e cultura como um dos pilares do projeto civilizatório moderno. Sua crítica evidencia que o chamado “fim do mundo” não se refere a um evento futuro e abstrato, mas a um processo histórico em curso, vivido cotidianamente por povos historicamente oprimidos e comunidades tradicionais que tiveram seus mundos reiteradamente aniquilados.

Ailton Krenak é um intelectual indígena do povo crenaque, escritor, ambientalista e uma das mais importantes referências do pensamento indígena no Brasil contemporâneo. Com formação marcada pela experiência política, pelo ativismo e pela reflexão crítica, construiu uma trajetória profundamente vinculada à luta pelos direitos dos povos indígenas, à defesa dos territórios originários e à crítica às formas modernas de exploração da terra. Observamos em sua práxis que,

a história de vida de Ailton Krenak se confunde com muita força com o próprio movimento da história dos povos Indígenas no Brasil, principalmente na sua luta por reconhecimento e lugar. Ele nasceu em 1954 na região do Vale do Rio Doce, Minas Gerais, e desde criança, logo aos nove anos de idade, viu o seu povo ser retirado do seu lugar de origem e direito, para ser arrastado dentro de um caminhão para uma terra estranha e distinta da sua (Amaral, 2012, p. 94).

Sua atuação ganhou projeção nacional a partir da década de 1980, especialmente no contexto da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), quando se tornou uma das vozes centrais na defesa dos direitos indígenas na Constituição Brasileira. Ao longo de sua produção intelectual, vem articulando pensamento, oralidade e experiência histórica, recusando a separação entre conhecimento e a vida. Recentemente, sua relevância intelectual foi reconhecida com sua eleição para a Academia Brasileira de Letras (ABL), tornando-se o primeiro indígena a ocupar uma cadeira na instituição, fato que marca simbolicamente a entrada do pensamento indígena em um espaço historicamente reservado à tradição letrada ocidental.

Ao tratar o pensamento indígena como lugar legítimo de produção de conhecimento, este ensaio parte da compreensão de que a obra de Krenak (2019) não ocupa uma posição periférica ou meramente ilustrativa no campo das ciências humanas. Ao contrário, ela se afirma como uma elaboração filosófica situada, capaz de interpelar criticamente os fundamentos ontoepistemológicos da modernidade. Nesse sentido, “Ideias para adiar o fim do mundo” é compreendida aqui como uma intervenção político-filosófica que coloca em questão a própria definição de humanidade, revelando seus limites excludentes e suas implicações destrutivas para a vida no planeta.

Aliás,

em cada uma dessas narrativas antigas já havia profecias sobre a vinda, a chegada dos brancos. Assim, algumas dessas narrativas, que datam de 2, 3, 4 mil anos atrás, já falavam da vinda desse outro irmão, sempre identificando ele como alguém que saiu do nosso convívio e nós não sabíamos mais onde estava. Ele foi para muito longe e ficou vivendo por muitas e muitas gerações longe da gente. Ele aprendeu outras tecnologias, desenvolveu outras linguagens e aprendeu a se organizar de maneira diferente de nós. E nas narrativas antigas ele aparecia de novo como um sujeito que estava voltando para casa, mas não se sabia mais o que ele pensava, nem o que ele estava buscando. [...]. E isso ficou presente em todas essas narrativas, sempre nos lembrando a profecia ou a ameaça da vinda dos brancos (Krenak, 1999, p. 24).

Mais do que anunciar o colapso civilizatório, Krenak (2019) propõe uma reflexão que pode ser entendida como uma pedagogia política. Ao convocar outras formas de perceber o mundo, de se relacionar com a terra e de reconhecer a continuidade da vida para além do humano, sua obra produz aprendizados éticos e existenciais que desafiam a imaginação moderna e abrem espaço para a construção de outros modos de existência. Adiar o fim do mundo, nesse sentido, não significa negar a gravidade da crise, mas recusar

a naturalização de um projeto civilizatório que insiste em se afirmar como único e inevitável.

A escolha metodológica do ensaio se justifica pela própria natureza da obra analisada, que articula pensamento, oralidade e experiência histórica, adotando uma abordagem interpretativa e crítico-reflexiva. O ensaio é compreendido aqui não como ausência de rigor, mas como uma forma de pensamento que privilegia a problematização conceitual e o diálogo crítico com o autor analisado. A leitura da obra de Krenak (2019) é realizada a partir do reconhecimento do pensamento indígena como lugar de enunciação e produção de conhecimento, evitando tanto a sua folclorização quanto sua subsunção a categorias teóricas externas de forma acrítica, incluindo o diálogo com outros autores.

O artigo está organizado em três momentos principais: o primeiro intitulado *Entre suspensão e escuta: aprendizados políticos de adiar o fim do mundo*, analisa-se a obra, contextualizando sua origem, seus principais eixos reflexivos e os conceitos centrais mobilizados pelo autor, com atenção especial às estratégias de suspensão das lógicas produtivistas e à escuta sensível dos modos de vida e saberes indígenas. Neste momento, busca-se acompanhar o pensamento de Krenak (2019) a partir de seus próprios termos, evidenciando o caráter filosófico e político de sua elaboração, que articula memória, experiência histórica e ação ética em diálogo com o mundo contemporâneo.

Na segunda seção teórica, *Krenak e os limites da modernidade*, a reflexão é ampliada por meio do diálogo com outros autores que problematizam os fundamentos do projeto moderno e suas consequências ontoepistemológicas. Nessa seção, o pensamento de Krenak (2019) é colocado em interlocução com debates contemporâneos sobre crise civilizatória, racionalidade moderna e modos alternativos de existência, preservando sua singularidade e evitando sua instrumentalização como mero exemplo empírico.

Por fim, ao término, retoma-se o argumento central do ensaio, destacando as contribuições do pensamento krenakiano para repensar os limites da modernidade e imaginar outros modos de habitar a terra. Sem a pretensão de encerrar o debate, busca-se enfatizar o caráter aberto e provocador da obra de Krenak (2019), compreendendo o “adiar o fim do mundo” como um gesto político, ético e ontoepistemológico que convoca à responsabilidade coletiva diante da vida em sua pluralidade.

2. Entre suspensão e a escuta: aprendizados políticos de “adiar o fim do mundo”

A obra “Ideias para adiar o fim do mundo” de Ailton Krenak (2019) apresenta um entrelaçamento singular de experiência histórica, memória ancestral, narrativa e filosofia prática. Organizando falas proferidas em espaços públicos em formato de livro, Krenak (2019) não apenas preserva a oralidade indígena como meio legítimo de produção de conhecimento, mas também propõe um deslocamento radical do pensamento filosófico da abstração para a vida concreta. O livro evidencia que a filosofia não precisa ser exclusivamente escrita nem desvinculada do contexto social e ecológico; ela pode e deve emergir da experiência coletiva, dos vínculos com a terra e da atenção às múltiplas formas de existência que resistem à homogeneização imposta pela modernidade.

O presente subtítulo do ensaio, “Entre suspensão e escuta”, sintetiza duas estratégias centrais presentes na obra: a suspensão da lógica produtivista e extrativista da modernidade e a escuta sensível das múltiplas formas de vida e conhecimento que persistem apesar do avanço da destruição. Suspender, para Krenak (2019), não é apenas desacelerar, mas um ato político e ético que interrompe o ciclo da exploração, do consumo e da destruição ambiental e cultural. Escutar significa reconhecer a legitimidade de outros modos de existência, percebendo os vínculos entre humanos, não humanos e territórios, e aprender com histórias que desafiam a narrativa dominante.

Um eixo central da obra é a crítica à noção moderna de humanidade. Krenak (2019) argumenta que a ideia de um “humano universal” opera como ficção política que sustenta hierarquias e exclusões. Definir quem é plenamente humano, nesse modelo, é estabelecer fronteiras que relegam povos indígenas, populações negras e outros modos de existência à condição de sub-humanidade. Essa construção abstrata de humanidade desvinculada da terra, legitima a expropriação de territórios, o desrespeito aos modos de vida tradicionais e a devastação ambiental. Ao afirmar que “o mundo acabou várias vezes”, Krenak (2019) desloca o conceito de apocalipse para a experiência histórica concreta, mostrando que os fins de mundo não são hipotéticos, mas vividos repetidamente por povos indígenas, pelos oprimidos e demais comunidades tradicionais, haja vista que,

a conclusão ou compreensão de que estamos vivendo uma era que pode ser identificada como Antropoceno deveria soar como um alarme nas nossas cabeças. Porque, se nós imprimimos no planeta Terra uma marca tão pesada que até caracteriza uma era, que pode permanecer mesmo depois de já não estarmos aqui, pois estamos exaurindo as fontes da vida que nos possibilitaram

prosperar e sentir que estávamos em casa, sentir até, em alguns períodos, que tínhamos uma casa comum que podia ser cuidada por todos, é por estarmos mais uma vez diante do dilema a que já aludi: excluimos da vida, localmente, as formas de organização que não estão integradas ao mundo da mercadoria, pondo em risco todas as outras formas de viver, pelo menos as que fomos animados a pensar como possíveis, em que havia corresponsabilidade com os lugares onde vivemos e o respeito pelo direito à vida dos seres, e não só dessa abstração que nos permitimos constituir como uma humanidade, que exclui todas as outras e todos os outros seres (Krenak, 2019, p. 23).

Krenak (2019) aponta que o povo da floresta, ao dialogar com o mundo, não apenas compartilha seus modos de vida, mas também assume a responsabilidade de educar as instituições, ensinando-lhes a conviver de forma ética e respeitosa com os povos indígenas. Essa educação não se reduz a exigir reconhecimento; trata-se de mostrar que é possível apoiar projetos importantes sem passar por cima das comunidades ou impor limitações autoritárias, evitando que a relação se torne de dominação e subjugação. Ao mesmo tempo ele reconhece que dentro das próprias comunidades há quem ainda permaneça preso a paradigmas antigos, dependente da igreja ou do Estado, incapaz de perceber plenamente os caminhos já conquistados pelas coletividades indígenas. Essa tensão entre a interlocução externa e o despertar interno evidencia que a autonomia política, cultural e ética não é dada, mas construída, exigindo suspensão de velhas lógicas de submissão, escuta sensível dos outros modos de existência e ação consciente para caminhar de forma coletiva, preservando vínculos com a memória ancestral e com a terra.

A crise de sentido, como expõe Krenak (2019), surge dessa construção de humanidade. A sociedade moderna, desvinculada de suas memórias ancestrais e do contato íntimo com a terra, cria um vazio existencial que se manifesta na alienação, no consumismo desenfreado e na incapacidade de reconhecer a interdependência entre todos os seres vivos. “Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos” (Krenak, 2019, p. 9). Esse alerta indica que a sobrevivência coletiva depende não apenas de soluções tecnológicas, mas de reconstruir relações éticas, afetivas e espirituais com o mundo.

A narrativa e a memória desempenham um papel fundamental na preservação da vida. Contar histórias é uma forma de adiar o fim do mundo. Mas narrar não significa apenas relatar fatos; trata-se de compartilhar modos de existir, valores, práticas e afetos de povos que vivem em profundo vínculo com a terra. Essas histórias preservam modos de vida, formas de conhecimento e memórias que resistem à lógica de destruição imposta

pela modernidade. Cada narrativa é um gesto de resistência que interrompe a hegemonia de uma visão única do mundo e abre espaço para a coexistência de múltiplas realidades.

Krenak (2019) amplia a concepção de arte ao incorporar a própria terra como sujeito criativo. Paisagens, ecossistemas e biodiversidade são entendidos como expressões de arte natural. O cuidado ético com o mundo, portanto, não é apenas responsabilidade, mas uma forma de criação estética, que quebra barreiras entre humano e não humano, cultura e natureza, indivíduo e coletividade. A ética ancestral, nesse sentido, articula memória, narrativa e ação concreta: cada gesto de cuidado, cada ato de preservação ambiental, cada reconhecimento da diversidade cultural é uma forma de arte e resistência.

A experiência pessoal do autor ao aceitar viajar para Portugal em 2017, mesmo relutante devido às memórias da colonização, exemplifica como suas reflexões filosóficas se entrelaçam com a história. A viagem permitiu a Krenak (2019) questionar a construção histórica da humanidade, refletindo sobre como ideais aparentemente universais justificaram violência, expropriação e destruição cultural. Essa reflexão histórica evidencia que adiar o fim do mundo exige atenção crítica às estruturas e instituições que moldaram a humanidade moderna.

Krenak (2019) discute ainda o impacto do desenvolvimento predatório e da exploração da natureza. O rompimento da barragem do Fundão³ – por exemplo, na cidade de Mariana, Minas Gerais, citando como exemplo da devastação causada por políticas que desconsideram a vida coletiva e a integridade ambiental. Não menos importante, Krenak (2019) denuncia a crise humanitária enfrentada pelos povos *Yanomami* na fronteira com a Venezuela, evidenciando o descaso e a negligência do Estado diante da invasão de garimpeiros ilegais, da desnutrição e da contaminação por mercúrio, que resultaram em mortes de crianças e adultos. Para ele, essa situação não é um incidente isolado, mas a expressão concreta de um racismo estrutural⁴ e do racismo ambiental⁵, de uma concepção de humanidade que exclui povos indígenas, negando-lhes direitos

³ Krenak (2019) faz duras críticas a Samarco pelo desastre de Mariana (MG) em 2015, que matou 19 pessoas, destruiu comunidades e contaminou o Rio Doce, denunciando a insuficiência das reparações e a lógica predatória do modelo extrativista onde até hoje ninguém foi condenado.

⁴ É o conjunto de práticas, normas e instituições sociais que reproduzem desigualdades raciais de forma sistemática, independentemente da intenção individual, moldando acesso a direitos, recursos e oportunidades e mantendo grupos racizados em posição de vulnerabilidade.

⁵ Distribuição desigual de riscos ambientais e impactos da degradação da natureza sobre populações racializadas, em que comunidades negras, indígenas e periféricas sofrem desproporcionalmente com poluição, desmatamento, contaminação e falta de acesso a recursos naturais.

territoriais e modos de vida ancestrais. A crítica que faz, conecta a devastação ambiental à opressão social, mostrando que a violação dos territórios indígenas é também uma violação ética e política do que significa coexistir com a terra, e que preservar a vida desses povos exige suspender as lógicas de exploração e escutar suas experiências e saberes como interlocutores legítimos no mundo contemporâneo.

Krenak (2019) questiona o mito da sustentabilidade promovido pelas corporações, que justificam a exploração contínua em nome do progresso. Ele alerta que a verdadeira sustentabilidade depende de reconhecer a diversidade de formas de vida e de assumir responsabilidade compartilhada por todos os seres que habitam o planeta. Mas, enquanto isso,

a humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, indígenas, quilombolas, aborígenes a sub-humanidade. Porque tem uma humanidade, vamos dizer, bacana. E tem uma camada mais bruta, rústica, orgânica, uma sub-humanidade, uma gente que fica agarrada na terra. Parece que eles querem comer terra, mamar na terra, dormir deitados sobre a terra, envolvidos na terra. A organicidade dessa gente é uma coisa que incomoda, tanto que as corporações têm criado cada vez mais mecanismos para separar esses filhotes da terra de sua mãe. “Vamos separar esse negócio aí, gente e terra, essa bagunça. É melhor colocar um trator, um extrator na terra. Gente não, gente é uma confusão. E, principalmente, gente não está treinada para dominar esse recurso natural que é a terra.” Recurso natural para quem? Desenvolvimento sustentável para quê? O que é preciso sustentar? (Krenak, 2019, p. 11).

Outro ponto central é a crítica à centralidade da técnica como solução. Embora reconheça o valor do conhecimento técnico, Krenak (2019) mostra que a tecnologia sozinha não pode corrigir a lógica destrutiva da modernidade. O problema não está nos meios, mas nos fins e na incapacidade de reconhecer limites éticos e ecológicos. Por isso, adiar o fim do mundo exige mais do que inovação: requer uma transformação radical dos modos de existir, conhecer e agir.

A suspensão das práticas destrutivas e a escuta dos outros modos de existência geram aprendizados políticos fundamentais. Suspender é criar espaço para imaginar mundos possíveis, desacelerar, recuperar memórias e vínculos com a terra. Escutar é reconhecer outros modos de vida, valorizar a diversidade cultural e biológica, e aprender com experiências que resistem à homogeneização imposta pelo capitalismo. Juntas, essas práticas constituem um projeto ético e político de preservação da vida, que redefine a política como cuidado, interdependência e responsabilidade.

O intelectual indígena também problematiza a temporalidade moderna. O tempo linear do progresso, voltado para o avanço contínuo e superação do passado, é desafiado por um conceito de temporalidade vinculado à memória ancestral e à repetição cíclica da vida. Essa perspectiva evidencia que o colapso não é um ponto de chegada, mas uma condição histórica contínua. Desenvolver uma consciência desse tempo permite compreender a urgência de preservar a vida e de agir de acordo com princípios éticos que valorizem a interdependência e a continuidade.

A obra ainda traz reflexões sobre as relações de poder e desigualdade. Krenak (2019) demonstra como a lógica ocidental de progresso e modernidade cria estruturas que marginalizam certas populações, transformando humanos, rios e florestas em mercadorias descartáveis. Nesse contexto, a ética ancestral propõe recuperar vínculos e práticas coletivas, preservando territórios e memórias que garantam a existência de modos de vida diversos. O gesto de adiar o fim do mundo é, portanto, uma ação política radical, que desafia a lógica de expropriação e destruição.

A produção de Krenak, para além de envolver o que lhe afeta, propõe uma nova dimensão para os encontros culturais. Historicamente, esses encontros foram marcados pela violência, como a imposição da cultura ocidental durante o período colonial e, mais recentemente, pelo desrespeito aos modos de vida de diversos povos originários. Em contraste, sua obra apresenta um outro tipo de encontro, orientado pelos próprios indígenas, que buscam reivindicar direitos, proteger as florestas e assegurar a sobrevivência de todos os habitantes da terra, inclusive daqueles que não pertencem a suas culturas.

Neste aspecto, entendemos que Ailton Krenak (2019) vê nas “Ideias para adiar o fim do mundo” como um chamado ético e político, que nos ensina a importância da responsabilidade compartilhada e da construção de futuros possíveis. Entre suspensão e escuta, o autor mostra que a sobrevivência depende de reconhecer a terra, os ancestrais e os outros modos de vida como interlocutores legítimos. Essa perspectiva revela uma filosofia prática e urgente, voltada para a ação e para a preservação da vida, e que redefine a forma como nos relacionamos com o mundo, com a política e com a própria humanidade.

3. Krenak e os limites da modernidade

A crítica elaborada por Ailton Krenak em *“Ideias para adiar o fim do mundo”* (2019) insere-se no campo das reflexões que compreendem a modernidade não como um estágio neutro do desenvolvimento humano, mas como um projeto histórico, político e civilizatório profundamente atravessado pela colonialidade, pela violência e pela exclusão. Em oposição às narrativas hegemônicas que associam a modernidade a progresso, racionalidade e emancipação, Krenak evidencia suas bases ontológicas e epistemológicas fundadas na separação entre humanidade e natureza, na hierarquização racial dos sujeitos e na negação sistemática de outros modos de existir, conhecer e educar. Como afirma o próprio autor, a ideia moderna de humanidade foi historicamente construída como um dispositivo de legitimação da exploração da terra e da vida:

inventado pelas corporações para justificar o assalto que fazem à nossa ideia de natureza. Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso, enquanto seu lobo não vem, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a terra e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza (Krenak, 2019, p. 17).

Um dos limites estruturais da modernidade, segundo Krenak, reside justamente na consolidação de uma ontologia dualista que rompe a relação de pertencimento entre os seres humanos e a terra. A natureza, convertida em objeto, recurso ou mercadoria, passa a ser explorada de forma ilimitada em nome de um ideal abstrato de progresso. Essa ruptura não se restringe ao plano material, mas opera também nos níveis simbólico e pedagógico, produzindo formas de aprendizagem que naturalizam a exterioridade da terra e legitimam sua disponibilidade irrestrita. A crise ambiental contemporânea, nesse sentido, não constitui um desvio do projeto moderno, mas a expressão coerente de seus pressupostos fundamentais.

Essa crítica encontra convergência - por exemplo, com a percepção de ecologia integral desenvolvida por Leonardo Boff (1995), para quem a devastação ambiental é indissociável de uma crise ética e civilizatória. Tanto Boff (1995; 2012) quanto Krenak (2019) denunciam o antropocentrismo moderno como eixo estruturante de uma racionalidade que legitima a dominação da natureza e promove um distanciamento radical entre vida humana e vida planetária. Em Krenak (2019), contudo, essa crítica assume uma

densidade ontológica própria ao afirmar que a terra é um organismo vivo e que a separação moderna entre sujeito e mundo constitui uma violência fundante contra os povos indígenas e seus modos de vida. Como observa Boff (1995):

impõe-se, pois, a tarefa de ecologizarmos tudo que fazemos e pensamos, rejeitarmos os conceitos fechados, desconfiarmos das causalidades unidirecionadas, nos propormos a ser inclusivos contra todas as exclusões, conjuntivos contra todas as disjunções, holísticos contra todos os reducionismos, complexos contra todas as simplificações. Assim, o novo paradigma começa a fazer a sua história (Boff, 1995, p. 32).

O processo de objetificação da terra está intimamente articulado à produção de uma humanidade excludente. A modernidade institui um conceito restrito de humano que se apresenta como universal, mas que, na prática, opera por meio da exclusão racial, cultural e ontoepistêmica. Aimé Césaire (1978) já havia denunciado que a civilização europeia só pôde se afirmar como portadora de valores universais à custa da desumanização sistemática dos povos colonizados. Em convergência com essa crítica, Antônio Bispo dos Santos e Pereira (2023), evidenciam que o projeto moderno-colonial se funda na negação de ontoepistemologias outras, ao impor uma lógica de mundo baseada na propriedade, na mercantilização da vida e na ruptura entre humanidade e território. Krenak (2019) retoma e radicaliza esse diagnóstico ao demonstrar que a promessa moderna de universalidade sempre esteve condicionada à negação da humanidade indígena, negra e popular, revelando que a exclusão não é um desvio, mas um princípio constitutivo da modernidade.

Frantz Fanon (2005) aprofunda esse diagnóstico ao demonstrar que o colonialismo produz uma divisão ontológica entre aqueles que habitam a zona do ser e aqueles relegados à zona do não-ser. A leitura krenakiana dos sucessivos “fins de mundo” vivenciados pelos povos indígenas dialoga diretamente com essa perspectiva. Para esses povos, o colapso não se apresenta como uma ameaça futura, mas como uma experiência histórica reiterada, marcada por invasões, epidemias, expropriações territoriais e destruição ambiental. Aquilo que a modernidade anuncia hoje como catástrofe global, os povos originários conhecem há séculos.

Achille Mbembe (2018) contribui para esse debate ao evidenciar como a modernidade colonial institui regimes necropolíticos, nos quais determinados corpos e territórios são convertidos em zonas de morte administrada. As reflexões de Krenak sobre o genocídio indígena e a devastação de territórios como a Amazônia revelam a

continuidade dessas práticas no presente. O desenvolvimento econômico, longe de configurar um projeto de vida, opera como tecnologia de morte para populações racializadas, pobres e territórios considerados sacrificáveis. Nesse contexto, o racismo ambiental emerge como uma das expressões mais brutais dos limites éticos da modernidade.

No plano epistemológico, Krenak desmonta a pretensão universalista do saber moderno ao afirmar a legitimidade dos conhecimentos indígenas como formas complexas e consistentes de interpretação do mundo. Essa crítica dialoga diretamente com a noção de colonialidade do poder formulada por Aníbal Quijano (2005), segundo a qual a modernidade articula dominação econômica, racialização das populações e hierarquização dos saberes, produzindo o silenciamento de epistemologias outras e a prática sistemática do epistemicídio.

Ao reivindicar o pensamento indígena como lugar legítimo de produção de conhecimento, Krenak realiza um gesto de desobediência ontoepistêmica que rompe com a monocultura do saber moderno. Tal gesto não busca uma inclusão subordinada no cânone ocidental, mas afirma a existência de outros mundos possíveis, sustentados por ontologias relacionais e epistemologias enraizadas na experiência, na memória e na ancestralidade. Trata-se de uma crítica que ultrapassa a denúncia e aponta para horizontes alternativos de (re)existência.

Essa dimensão crítica assume também um caráter profundamente pedagógico. Paulo Freire (1997) denuncia a educação bancária como instrumento de reprodução das desigualdades e de domesticação dos sujeitos, enquanto Carlos Rodrigues Brandão (1981) ressalta que todo processo educativo está atravessado por disputas políticas e projetos de sociedade. Nesse contexto, a obra de Krenak pode ser lida como uma pedagogia política que educa para a escuta, para o cuidado e para o reconhecimento da pluralidade de saberes. Adiar o fim do mundo, assim, configura-se como um ato educativo que rompe com a lógica da dominação e afirma a vida como princípio ético-político.

A crítica à temporalidade moderna constitui outro eixo central do pensamento krenakiano. O tempo linear do progresso, orientado pela aceleração e pela produtividade, revela-se incapaz de lidar com a memória, o luto e a continuidade da vida. Krenak contrapõe a esse regime temporal uma temporalidade vinculada à ancestralidade, na qual passado, presente e futuro se articulam de forma relacional. Paulo Freire (1997) já advertia que a negação da memória histórica constitui uma estratégia de dominação;

Krenak radicaliza essa crítica ao demonstrar que a ruptura com a ancestralidade produz um esvaziamento existencial e político.

É nesse ponto que Eduardo Galeano (2007) se articula de maneira fecunda com o pensamento de Krenak (2019). Ao desmontar a narrativa do progresso, Galeano (2007) revela que aquilo que a modernidade chama de desenvolvimento corresponde, na história latino-americana, a processos de saque, violência e espoliação. Assim como Krenak, o autor uruguaio compreende a narrativa como um ato político capaz de desafiar a colonialidade do saber e da imaginação. Em ambos, a linguagem não opera apenas como meio de comunicação, mas como disputa de sentidos. A oralidade crítica de Krenak e a escrita híbrida de Galeano constituem estratégias estéticas que recusam a neutralidade e afirmam a sensibilidade como dimensão constitutiva do conhecimento.

Ao questionar a centralidade da técnica como solução para a crise civilizatória, Krenak expõe mais um limite da modernidade. A crença de que a inovação tecnológica pode resolver problemas que ela mesma produziu ignora a dimensão ética, política e ontológica da crise. Como já advertia o teólogo Boff (1995), não há saída técnica para uma crise que é, antes de tudo, civilizatória. Nesse horizonte, o pensamento de Krenak (2019) aproxima-se da noção de transmodernidade formulada por Enrique Dussel (1977), ao reivindicar uma pedagogia fundada na exterioridade, isto é, no reconhecimento dos sujeitos historicamente negados pela modernidade.

Krenak (2019) encarna essa pedagogia ao falar desde um lugar historicamente silenciado, não para reivindicar inclusão no projeto moderno, mas para desestabilizá-lo desde fora, afirmando outros modos de existir, conhecer e educar. Para ele, a escrita não ocupa um lugar hierárquico superior às demais práticas corporais e simbólicas:

ler e escrever é uma técnica, da mesma maneira que alguém pode aprender a dirigir um carro ou a operar uma máquina. Então a gente opera essas coisas, mas nós damos a elas a exata dimensão que têm. Escrever para mim não é uma virtude maior do que andar, nadar, subir em árvores, correr [...] (Krenak, 2015, p. 86).

Ao relativizar a escrita e o letramento como critérios de superioridade civilizatória, Krenak desmonta uma das bases simbólicas da hegemonia cultural eurocentrada. As imposições dessa hegemonia, forjadas no curso do processo de ocupação e dominação territorial, demandaram enfrentamentos históricos. Nesse contexto, a atuação de Ailton Krenak, assim como a de outros intelectuais indígenas e

negros no campo político e social, configura-se como uma expressão contundente de (re)existência.

No tempo presente, essa reflexão adquire especial relevância ao provocar a revisão dos fundamentos que sustentam a organização social dominante. Ao questionar a centralidade do humano, historicamente moldado pelos valores do capitalismo e do colonialismo, como medida universal de todas as coisas, Krenak propõe um deslocamento ontológico e epistemológico no qual outras formas de existência e de relação com o mundo ganham legitimidade frente à lógica da superioridade existencial moderna. É nesse horizonte que a criação do Ministério dos Povos Indígenas, em 2023 - por exemplo; deve ser compreendida como um acontecimento político significativo. Instituído mais de um século após a Proclamação da República, o órgão sinaliza, ainda que tardiamente, o reconhecimento das especificidades históricas, culturais e territoriais dos povos originários, sendo conduzido por uma mulher indígena como Sônia Guajajara.

Em convergência com esse processo, a eleição de Ailton Krenak para a cadeira nº 11 da ABL, no mesmo ano, constitui um marco simbólico relevante. Ao tornar-se o primeiro indígena a integrar a ABL, sua presença tensiona os limites de uma instituição historicamente marcada pela exclusão de vozes dissidentes do cânone hegemônico. Ainda que tardio, esse reconhecimento reafirma a relevância de sua produção intelectual e evidencia que os povos indígenas não apenas reivindicam espaços de fala, mas constroem, de forma contínua, estratégias de autorrepresentação e insurgência epistêmica no cenário cultural brasileiro.

4. Considerações Finais

A reflexão da obra *Ideias para adiar o fim do mundo*, de Ailton Krenak (2019), evidencia que sua crítica à modernidade ultrapassa o plano da denúncia conjuntural, configurando-se como uma interpelação profunda aos fundamentos ontológicos, epistemológicos e ético-políticos que sustentam o projeto civilizatório ocidental. Ao enunciar desde um lugar historicamente silenciado, Krenak não pleiteia reconhecimento nos marcos da modernidade, mas afirma a legitimidade de outros regimes de existência, conhecimento e relação com a terra, desestabilizando a ideia de humanidade como categoria abstrata, cartesiana, universalizante e excludente.

Ao longo deste ensaio, buscou-se demonstrar que o “fim do mundo”, tal como formulado por Krenak, não remete a um acontecimento futuro de caráter apocalíptico, mas a um processo histórico reiterado, experimentado de forma contínua por povos indígenas, comunidades tradicionais e populações racializadas. Nessa perspectiva, adiar o fim do mundo não significa minimizar a gravidade da crise civilizatória contemporânea, mas recusar sua naturalização e a pretensa inevitabilidade de um modelo de progresso assentado na expropriação da vida, na mercantilização da terra e na negação da alteridade.

A noção de pedagogia política, eixo interpretativo deste ensaio, emerge do reconhecimento de que o pensamento krenakiano produz deslocamentos formativos que excedem os limites da racionalidade moderna. Ao articular oralidade, memória ancestral, experiência histórica e reflexão filosófica, desestabiliza a hierarquização colonial dos saberes e afirma o pensamento indígena como lugar legítimo de produção de conhecimento. Trata-se de uma pedagogia que não se orienta pela transmissão instrumental de conteúdo, mas pela formação de uma sensibilidade ética fundada na escuta, no cuidado e na corresponsabilidade entre humanos e não humanos.

A crítica à modernidade, conforme desenvolvido, revela-se indissociável da denúncia do racismo estrutural, do racismo ambiental e das formas contemporâneas de necropolítica que convertem corpos, territórios e modos de vida em zonas de sacrifício. Ao evidenciar que a devastação ambiental e a desumanização operam de maneira articulada, Krenak reinscreve a questão ecológica no centro do debate político, recusando abordagens tecnicistas ou conciliatórias da crise. A preservação da vida, nesse horizonte, exige uma reconfiguração radical dos modos de existir, produzir, educar e habitar o mundo.

As ideias aqui mobilizadas indicam que o pensamento de Ailton Krenak não apenas explicita os limites éticos e ontológicos da modernidade, mas aponta para horizontes transmodernos, nos quais a exterioridade historicamente negada assume centralidade epistêmica e política. Ao relativizar a centralidade da técnica, do progresso e da escrita como critérios de superioridade civilizatória, sua obra convoca a uma redefinição profunda das relações entre humanidade, terra e conhecimento, recolocando a ancestralidade, a memória e a interdependência como princípios estruturantes da vida coletiva.

Por fim, compreender *ideias para adiar o fim do mundo* como uma intervenção filosófica, política e pedagógica implica reconhecer que o gesto de adiar é, em si,

profundamente insurgente. Não se trata de um adiamento passivo, mas da criação de fissuras no imaginário moderno, da sustentação da pluralidade dos mundos possíveis e da afirmação da vida como valor inegociável. Em um contexto de colapso civilizatório, o pensamento de Krenak não oferece soluções normativas, mas produz deslocamentos éticos e ontológicos incontornáveis, convocando-nos a reaprender a suspender, escutar e cuidar, não como metáforas, mas como práticas insurgentes de (re)existência.

Referências

AMARAL, Fernando. A história indígena na perspectiva de luta dos povos indígenas: Ailton Krenak e o eterno retorno do encontro. In: LIMA, Pablo (Org.). *Fontes e reflexões para o ensino de história indígena e afro-brasileira: uma contribuição da área de História do PIBID/FaE/UFGM*. Belo Horizonte: UFGM, 2012. cap. 4, p. 93-95.

BISPO DOS SANTOS, Antônio; PEREIRA, Santino. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

BOFF, L. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1995.

BOFF, L. *As quatro ecologias. Ambiental, Política e Social, Mental e Integral*. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2012.

BRANDÃO, Carlos R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertação na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Loyola/UNIMEP, 1977.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2018.

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 23-32.

KRENAK, Ailton. Receber Sonhos. In: KRENAK, Ailton; COHN, Sergio (Orgs.). *Encontros: Ailton Krenak*. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.

Recebido em: 08/01/2026

Aprovado em: 15/01/2026

Publicado em: 31/03/2026